

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, órgão máximo do Município e baluarte da democracia local.

Senhor Presidente da Câmara Municipal que, independentemente de quaisquer divergências, é um defensor de Abril.

Senhores Membros da Assembleia Municipal, em particular os partidos que representam Fernando Pinheiro e o MPT que nos têm dado uma demonstração de humildade, democracia e respeito na casa da democracia local.

Partido Comunista Português que resistiu ao regime anterior e que, não obstante todo o período pós revolução, hoje ninguém tem dúvidas que não põe em causa o regime e o sistema e o cumprimento democrático.

Ao CDS – Partido Popular que, logo a seguir à Revolução, foi tantas vezes apelidado de fascista, de extrema-direita, ajudou ao longo de 50 anos a fazer evoluir e a construir um país mais próspero.

Ao Partido Socialista, obviamente um dos fundadores de Abril, um partido responsável com tudo o que tem de bom e de mau pela evolução do país, um adversário político que espero, naturalmente, não venha a governar a Câmara no próximo ano, mas que não tenho dúvidas, não obstante, que foi um aliado essencial nas reformas mais estruturais do país desde a Justiça, à Administração Interna, ao Serviço Nacional de Saúde.

Também aos outros partidos que, não tendo representação na Assembleia Municipal que estou neste momento a cumprimentar, mas que são partidos importantes, estruturantes e democráticos na Assembleia da República. À Iniciativa Liberal, ao Bloco de Esquerda, ao Livre e ao PAN, um cumprimento democrático a todos.

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, representantes da maior conquista de Abril, um poder local democrático e próximo das pessoas. Convém não nos esquecermos que um dos três D's era a descentralização.

Minhas Senhoras e meus Senhores, um cumprimento também à Câmara Municipal de Saliste. Bem-vindos a Portugal. Bem-vindos à capital do país. Bem vindos a Covilhã.

Representantes da Comunicação Social, da Universidade da Beira Interior, do Centro Hospitalar Cova da Beira, dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, das Forças de Segurança, PSP, GNR e demais entidades civis, militares e religiosas.

Meus senhores e minhas senhoras

Em primeiro lugar, gostava de vos dizer duas coisas.

A primeira é um pedido de desculpas por tudo aquilo que me esqueça de dizer e, em segundo lugar, um agradecimento àqueles que há 50 anos, na madrugada do dia de hoje, fizeram com que pudéssemos estar aqui neste preciso momento a expressar as nossas ideias com liberdade, com convicção, com qualquer divergência, mas de acordo com aquilo que nós pensamos.

Eu gostava de vos falar de três pontos essenciais.

O primeiro é o que era o país há 50 anos e o que é o país hoje.

O segundo é o que é que as pessoas pensam dessa evolução e, em terceiro lugar, os desafios e ameaças que temos pela frente.

Em primeiro lugar, um país há 50 anos e um país hoje.

Dos três D's, o Descolonizar foi rapidamente resolvido. Democratizar foi rapidamente efetuado e implementado e, a cada ano, a cada eleição, a cada momento, aprofundado também aqui na Covilhã. O descentralizar já não tanto.

Portugal continua a ser um dos países mais hipercentralizado da Europa em geral, onde temos uma centralização quase única, não só no Estado Central, mas nos poderes do Primeiro-Ministro que subverte o poder dos órgãos subnacionais, que subverte em parte o poder dos restantes órgãos de soberania, Parlamento e sistema judicial.

Basta pensarmos como o Parlamento está amputado numa série de funções de fiscalização comparando com outros países e a comparação com outros países é importante porque, como dizia Simon Martin Lipset, mais ou menos por estas palavras, quem só conhece o seu país não conhece país nenhum.

Mas também tivemos evoluções muito boas.

Temos um Estado Social forte e robusto, um Serviço Nacional de Saúde hoje equiparado a muitos outros Estados da Europa Ocidental, fundado no fim do século XX, talvez mais tarde que noutros países, mas um sistema robusto que pode atravessar qualquer crise, mas é uma das maiores conquistas de Abril;

Um sistema judicial;

A Administração Interna;

Um sistema educativo que prepara as novas gerações;

Estabilidade económica ao dia de hoje;

Sobrevivemos a três crises. Basta pensarmos nas últimas eleições legislativas. Grécia, Espanha, Itália, não falam de austeridade há anos e nós continuamos a ouvir essa palavra nas últimas eleições porque, em comparação com os outros países, aquilo que os Portugueses tiveram que fazer foi muito difícil.

E nisto todos concordamos, independentemente do que achemos, daquilo que tinha de ser feito.

Temos muitas vitórias de Abril.

Poderia estar aqui a enumerar uma série delas.

Hoje temos uma situação económica que permite ao País avançar com reformas estruturais.

Tem um crescimento de cerca de 2,3% ao ano, acima da média da zona euro.

A dívida pública baixou para valores desde antes da crise económico-financeira com o resgate que tivemos há 15 anos.

Temos neste momento um crescimento brutal das exportações, 50%, se não estou em erro, de acordo com os últimos dados. Um valor recorde na democracia. Obviamente em muito impulsionadas, cerca de um terço, por serviços particularmente.

O turismo que, sim, geraram uma carga fiscal de 36%. O valor mais alto da história democrática portuguesa, mas que ainda assim está abaixo da média da União Europeia.

Claro que isto não foi conseguido sem custos. Foi conseguido à custa do investimento público.

Temos hoje crises na Educação, na Saúde, na Habitação e aquele que os Portugueses consideram ser o maior problema que os afeta aos dias de hoje é o aumento dos custos de vida.

É preciso dar resposta a estes desafios e é preciso que todos pensemos neles ao longo dos próximos 50 anos.

E o que é que os Portugueses pensam desta evolução ao longo de meio século?

Quando questionados num estudo recente do CIS-ISCTE divulgado creio que na sexta-feira passada, dia 19, os Portugueses identificam o 25 de Abril como o marco mais importante da história democrática e não democrática portuguesa.

Quando questionados se associam algum partido ao 25 de Abril, mais de metade dos que responderam dizem que não consideram nenhum partido mais associado à revolução do que algum outro.

Mas quando questionados sobre quais, numa bateria de indicadores de políticas públicas e sectores da sociedade, as áreas que evoluíram ou pioraram ao longo de 50 anos, identificam 80% delas ou mais como tendo uma grande evolução muito positiva ao longo de meia década e destacam algumas poucas, mas que pioraram: o desemprego, as condições de vida e., preocupante, a corrupção.

Começaria a falar sobre o último porque é um desafio que se coloca a todos e que nunca esteve mais atual do que hoje.

50 anos de Abril, 50 ameaças que temos neste preciso momento independentemente Senhor Presidente da Câmara, das divergências que eu e o meu partido tenhamos consigo e com o seu, com o Partido Comunista, com o CDS, com o MPT e com todos os outros, há algo que nos une. Somos fundadores da Democracia Portuguesa.

Ajudámos a construir um Estado relativamente próspero, apesar de todos os desafios que encontra, nomeadamente termos quase cerca de 20% dos cidadãos em risco de pobreza.

Não podemos, por um lado, tolerar a mínima prática que possa ser condenável e o exemplo começa aqui nos partidos políticos porque, dizia um escritor alemão há 92 anos, não há Democracia sem partidos.

Não há Democracia sem partidos. Porquê? Porque a Democracia foi criada pelos próprios partidos políticos, porque em toda a Europa, em todo o mundo, porque a evolução dos regimes democráticos se deveu a reformas implementadas, na grande maioria das vezes, primeiro dentro dos partidos políticos e porque temos o exemplo em Portugal, quando os partidos perdem o monopólio da representação política, como aconteceu desde há menos tempo nas câmaras e assembleias municipais, mas desde sempre nas assembleias de freguesia, se formos comparar os indicadores de resultados entre candidaturas partidárias, candidaturas não partidárias, as não partidárias têm menor performance desempenho em português.

Mas se formos comparar também quem é incluído por candidaturas partidárias ou não partidárias, nós vemos que mulheres, jovens e minorias são mais incluídas mesmo assim por partidos.

Então por que razão temos 50 ameaças ao dia de hoje?

Porque não estamos a conseguir responder aos desafios e à exigência dos cidadãos 50 anos depois de Abril e os standards que aplicámos, as exigências que colocámos ao País há meio do século precisamente, temos que aplicar hoje. Não podemos falhar nesta missão.

É uma missão de todos, exceto talvez de alguns, mas de todos os partidos democráticos, sem dúvida alguma que é e, não obstante, tudo isto não se pode confundir defesa e exigência da ética, da integridade, do rigor com judicialização da política.

Se os partidos são culpados de muito e as instituições políticas também, não podemos deixar que haja uma interferência de um no outro.

A nossa Constituição, como foi aqui bem referida há pouco pelo representante do Partido Comunista, é o nosso baluarte mais importante.

A nossa Constituição estabelece o princípio da separação de poderes: o Executivo do Legislativo e do Judicial.

O Executivo não deve interferir no Judicial, nem o Judicial deve interferir no poder político eleito.

E podemos começar por dar o exemplo em vez de só criticar.

Não faz sentido, 50 anos depois de Abril, continuar a ser o Parlamento, o Governo ou os partidos a indicarem representantes de uma série de instituições judiciais do nosso País.

Por que razão é o Presidente da República, sob proposta do Governo, a nomear a Procuradora Geral da República?

Por que razão são os partidos, através do Parlamento, a indicar Juízes para Tribunais em Portugal?

Podemos começar por este exemplo, 50 anos depois de Abril, de deixar a cada sector a sua organização autónoma, como o Legislativo aliás tem. Como podemos, já agora, dar o exemplo na administração Pública.

Por que razão, 50 anos depois de Abril, cada vez que muda um Governo, mudam-se as chefias na Administração Pública? Está toda a gente em permanente mudança. Não sabemos durante quanto tempo. Porquê?

Nós sabemos uma resposta óbvia: para seguir as políticas de um Governo porque temos milhares de estudos que nos provam que, quando a Administração Pública está contra um Governo, não aplica as suas políticas públicas, pode boicotá-la e os resultados são, em última instância, maus. A decisão de um Ministro, de um Primeiro-Ministro ou de um Secretário de Estado pode não ser executada.

Mas também temos outros exemplos de outros países que, se calhar, convinha também pensarmos sobre eles ou pelo menos debater.

Por que é que não temos, como no Norte da Europa, uma administração pública profissionalizada e deixamos a cada sector, como eu dava o exemplo agora da Justiça, a

possibilidade de escolher aqueles que, dentro dessa área, consideram ser os melhores de os eleger para serem os representantes nos cargos superiores da administração, para termos governos a passar, mas uma administração a ficar, uma continuidade das políticas públicas estruturais mais importantes para o país?

E para não me alongar, gostava de terminar com uma mensagem.

Senhor Presidente da Câmara,

Contará sempre com o Grupo do Partido Social Democrata na defesa dos valores de Abril e contará sempre com uma crítica acérrima quando achemos que não estão a ser cumpridos.

Cumprir Abril é defender a liberdade, é defender o pluralismo, é defender a Democracia. Não é estarmos num sistema cada vez mais polarizado, teatralizado, em que andamos a contar os likes nas fotos do Facebook ou quem é que andou a colocar esses likes no post do outro partido ou daquele ou daquela pessoa.

Abril é respeitarmos a individualidade, a pessoa humana, a dignidade, o pluralismo e a Democracia.

Viva a Abril, mas acima de tudo, viva a Covilhã e Portugal.

Obrigado.